

Coser sobre terreno: “Fizemos o correto”

GABRIEL LORDÉLLO

Prefeito disse estar tranquilo quanto à compra de área que tinha sido doada a empresário

TIAGO FÉLIX

DA REDAÇÃO MULTIMÍDIA

O prefeito de Vitória, João Coser (PT), disse ontem que tem convicção de que o terreno no bairro Andorinhas, desapropriado para a construção da Ponte da Passagem, ocorreu legalmente. Coser também salientou que as informações solicitadas pelo Ministério Público Estadual estão sendo providenciadas.

“A Procuradoria, naturalmente, está respondendo às questões levantadas

pelo Ministério Público. Do ponto de vista do que nós fizemos temos convicção de que fizemos o correto, senão não teríamos feito”.

Coser e o procurador-geral do município, Jader Guimarães, são alvos de uma ação por improbidade administrativa tendo como causa valores pagos por uma área cedida pela União à Prefeitura de Vitória e doada ao comerciante Eduardo Siepinski, em 1988. O Ministério Público questiona o valor de R\$ 7 milhões pago pelo terreno, sendo que engenheiros da prefeitura tinham avaliado a área em menos de R\$ 4 milhões.



Coser: não compete ao prefeito julgar preços

Coser salientou que não compete ao prefeito julgar preços. “Não deve passar no gabinete do prefeito desapropriação, licitação e compra. Já tem uma equipe, que nem sei qual é, que realiza esses procedimentos. A minha participação foi a decisão da construção da ponte”, disse. Quanto às acusações do MP e a possibilidade de bloqueio de bens, Coser garantiu que está tranquilo e que cabe aos advogados cuidarem de sua defesa.

CÂMARA

Na Câmara de Vitória, o assunto foi levado à tribuna

pelos vereadores Max da Mata (DEM) e Fabrício Gandini (PPS). Os dois já pediram mais esclarecimentos à prefeitura, mas ainda não tiveram acesso aos documentos.

“Se existe uma comissão de avaliação que diz que o terreno custa R\$ 4 milhões, e a prefeitura o desapropria por R\$ 7 milhões, de que vale a avaliação? É melhor mandarem todos embora, porque a meu ver, ou são incompetentes ou não há critérios de análise”, criticou Max.

Gandini também cobrou mais embasamento. “Não tenho dúvida de que há irregularidade”.